



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

www.citi.com.br

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora), em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Distribuidora apresentou um lucro líquido de R\$ 68.415 (2020 - R\$ (65.371)), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 35,60% (2020 - (30,51)%). Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,31% (2020 - 17,66%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual

ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Distribuidora distribuiu dividendos de valor de R\$ 100.000 (2020 - R\$ 0). A resolução do Banco Central nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, que alterou a Resolução nº 4.820 de 29 de maio de 2020, a qual restringia a distribuição de lucros e a redução do capital social, limitou a distribuição de lucros acumulados do exercício de 2020 em até 30% do lucro líquido. Não houve essa limitação para o exercício de 2021.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e

independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 25 de março de 2022.

São Paulo, 25 de março de 2022

A Diretoria

Demonstrações dos Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2021	2020
Recetas da intermediação financeira		162.511	213.206	118.941	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	162.553	213.285	118.955	
Resultado de operações de câmbio		(42)	(79)	(14)	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(54.404)	(86.636)	(225.728)	
Recetas de prestação de serviços	15	16.050	35.324	27.822	
Despesas de pessoal		(11.424)	(19.888)	(16.356)	
Outras despesas administrativas	16	(15.035)	(31.156)	(29.446)	
Despesas tributárias		(8.713)	(12.299)	(7.349)	
Resultado de provisão para passivos contingentes	17.a	(25.514)	(47.935)	(198.916)	
Outras receitas operacionais	17.b	770	1.305	2.328	
Outras despesas operacionais	17.b	(10.538)	(11.987)	(3.811)	
Resultado operacional		108.107	126.570	(106.787)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		108.107	126.570	(106.787)	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18	(49.358)	(55.951)	43.463	
Provisão para imposto de renda		(34.409)	(43.613)	(21.598)	
Provisão para contribuição social		(26.843)	(32.434)	(18.037)	
Ativo fiscal diferido		11.894	20.095	78.098	
Participações no lucro - Empregados		(1.159)	(2.204)	(2.047)	
Lucro/(Prejuízo) líquido		57.590	68.415	(65.371)	
Quantidade de ações	14.a	4.023.359.318	4.023.359.318	4.023.359.318	
Resultado líquido por lote de mil ações (em R\$)		14,31	17,00	(16,25)	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) líquido do período		57.590	68.415	(65.371)	
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		-	-	493	
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	493	
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	822	
Imposto de renda		-	-	(329)	
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro ou prejuízo:		(2.443)	(2.605)	(202)	
Plano de benefícios a empregados		(2.443)	(2.605)	(202)	
Plano de benefícios a empregados		(1.890)	(2.160)	(337)	
Imposto de renda		(553)	(445)	135	
Total do resultado abrangente do período		55.147	65.810	(65.080)	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2021	2020
Atividades operacionais					
Lucro/(Prejuízo) líquido		57.590	68.415	(65.371)	
Ajustes ao lucro líquido		11.763	23.972	117.773	
Amortização e depreciação	16	76	153	245	
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros	17.a	25.514	47.935	198.916	
Outras provisões		3.482	1.395	(3.290)	
Marcação a mercado transferido para o resultado		(5.415)	(5.415)	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(11.894)	(20.096)	(78.098)	
Varições em ativos e passivos		(2.505.099)	1.971.099	404.731	
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		-	408.053	237.815	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(10.444)	(12.361)	617	
(Aumento)/Redução em outros ativos financeiros		(222.045)	(226.172)	42.062	
(Aumento) em outros ativos		(2.197)	(2.520)	(9.000)	
Aumento/(Redução) em outros passivos financeiros		(2.310.886)	1.804.572	158.574	
(Redução)/Aumento em outros passivos		39.112	(213)	(26.944)	
Caixa líquido originado em atividades operacionais		1.361	280	1.597	
Atividades de investimento		(2.435.746)	2.063.486	457.133	
Aquisições de imobilizado		-	(129)	-	
Aplicações no intangível		-	-	-	
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		-	(129)	-	
Atividades de financiamento					
Dividendos pagos	14.e	(100.000)	(100.000)	-	
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento		(100.000)	(100.000)	-	
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.535.746)	1.963.357	457.133	
Modificações na posição financeira					
Início do período		8.217.764	3.718.661	3.261.528	
Fim do período	4	5.682.018	5.682.018	3.718.661	
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.535.746)	1.963.357	457.133	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

m) Benefícios pós-emprego
O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. A Distribuidora também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado. A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado. Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível a Distribuidora como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*). O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 4.877, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para o plano de assistência à saúde para aposentados, essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Distribuidora em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário. Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superavaliados, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

i. Benefícios de curto prazo
Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

n) Uso de estimativas
A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

o) Resultados recorrentes e não recorrentes
A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 21.e.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Disponibilidades em moeda nacional	10.912	10.769
Aplicações temporárias em ouro	1.047	655
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	5.670.059	3.707.237
Total	5.682.018	3.718.661

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2021		2020	
	Até 3 meses	Total	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	5.670.059	5.670.059	3.707.237	3.707.237
Posição bancada	5.670.059	5.670.059	3.707.237	3.707.237
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.293.647	4.293.647	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.376.412	1.376.412	3.707.237	3.707.237
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	408.053	408.053
Certificados de depósitos interfinanceiros	-	-	408.053	408.053
Total	5.670.059	5.670.059	4.115.290	4.115.290

continua

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucro/(Prejuízo) acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		81.641	16.329	81.641	64.264	188	-	244.063
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	493	-	493
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	(202)	-	(202)
Prejuízo Líquido		-	-	-	-	-	(65.371)	(65.371)
Reservas	14.b, c e d	-	-	(65.371)	-	-	65.371	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		81.641	16.329	16.270	64.264	479	-	178.983
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	(2.993)	-	(2.993)
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	(2.605)	-	(2.605)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	68.415	68.415
Reservas	14.b, c e d	-	-	47.323	-	-	(47.323)	-
Dividendos	14.e	-	-	(14.644)	(64.264)	-	(21.092)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		81.641	16.329	48.949	64.264	(5.119)	10.825	189.903
Saldos em 30 de junho de 2021		81.641	16.329	16.270	64.264	574	10.825	189.903
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	(3.250)	-	(3.250)
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	(2.443)	-	(2.443)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	57.590	57.590
Reservas	14.b, c e d	-	-	47.323	-	-	(47.323)	-
Dividendos	14.e	-	-	(14.644)	(64.264)	-	(21.092)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		81.641	16.329	48.949	-	(5.119)	-	141.800

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco Citibank S.A. (Banco) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capital. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas Demonstrações Financeiras devem ser entendidas nesse contexto. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Distribuidora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias distribuidoras atuando na compra e venda de ouro, inclusive por conta e ordem de terceiros, e na intermediação em bolsa de mercadorias à vista, futuros e a termo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Distribuidora evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A autorização para publicação das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração da Distribuidora em 25 de março de 2022.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas notas explicativas e nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações em ouro
As operações com ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa".

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
i. **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento;
ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e
iii. **Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos e debêntures são apurados segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ABNIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento e consideram na precificação o risco de crédito.

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa e estatística, que podem exigir julgamento ou estimativa, que permitem a Distribuidora controlar estes fatores em títulos privados.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. Nas aplicações em cotas de fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

f) Outros ativos e passivos financeiros
i. Negociação e intermediação de valores
Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

6 Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

Títulos para Negociação Vinculado à Prestação de garantias	2021		2020	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	De 3 a 12 meses	Custo Atualizado
Letras do Tesouro Nacional - LTN	248.024	247.884	247.884	240.497
Total	248.024	247.884	247.884	240.497

b) Títulos disponíveis para venda

Títulos Disponíveis para Venda Carteira própria	2021		2020	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento	Custo Atualizado
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	97.047	97.047	97.047	93.113
Vinculados à prestação de garantias	36.630	36.630	36.630	30.000
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	36.630	36.630	36.630	30.000
Total	133.677	133.677	133.677	123.113

⁽¹⁾ A Distribuidora possui aplicação em cotas de fundos de investimento cuja carteira é composta por operações compromissadas, firmadas entre o Banco Citibank S.A. e o Fundo de Investimento Referenciado DI Londres.

⁽²⁾ Refere-se ao investimento no fundo destinado exclusivamente para atendimento de obrigações assumidas em operações realizadas e/ou registradas na B3. A totalidade de suas cotas é destinada ao atendimento de margem de garantia por parte dos cotistas, perante a B3.

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

Contratos	2º Semestre 2021		Exercícios 2020	
	2021	2021	2020	2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez/compromissadas	146.538	195.449	108.965	108.965
Outros	16.015	17.836	9.990	9.990
Total	162.553	213.285	118.955	118.955

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, referente aos ganhos/perdas não realizados no período, deduzidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 0 (2020 - R\$ 493). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Distribuidora não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLIC.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.e.

7 Negociação e intermediação de valores

Os ativos e passivos financeiros aqui apresentados estão concentrados no curto prazo.

	2021		2020	
	Ativo financeiro	Passivo financeiro	Ativo financeiro	Passivo financeiro
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes ⁽¹⁾	233.788	5.924.835	7.076	4.120.271
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	-	3.857	-	3.849
Total	233.788	5.928.692	7.076	4.124.120

⁽¹⁾ O saldo do ativo e passivo refere-se, basicamente, a valores de operações de mercado futuro. A Distribuidora presta serviço de custódia de valores.

8 Ativos fiscais

Ativos fiscais correntes

Impostos e contribuições a compensar/recuperar	2021		2020	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Total	16	2.085	69	69

Ativos fiscais diferidos

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração da Distribuidora constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade da Distribuidora, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

Provisão para outros pagamentos	Saldos em 31 de dezembro de 2020			Saldos em 31 de dezembro de 2021		
	Constituição	Realização	Reversão	Constituição	Realização	Reversão
Provisão para outros pagamentos	159	69	(90)	138	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	53.196	13.862	(854)	66.204	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	129	(94)	35	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	820	952	(1.735)	37	-	-
Total	54.175	15.012	(2.773)	66.414	-	-

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

Provisão para outros pagamentos	Saldos em 31 de dezembro de 2019			Saldos em 31 de dezembro de 2020		
	Constituição	Realização	Reversão	Constituição	Realização	Reversão
Provisão para outros pagamentos	39	594	(474)	159	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	4.377	49.759	(940)	53.196	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	1	6	3	9	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	815	851	(846)	820	-	-
Total	5.237	51.207	(2.269)	54.175	-	-

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

Provisão para outros pagamentos	Saldos em 31 de dezembro de 2019				
	Constituição	Realização	Reversão	Utilização	Atualização
Provisão para outros pagamentos	97	41	(38)	100	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	31.917	8.318	(513)	39.722	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	77	(56)	21	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	493	570	(1.057)	6	-
Total	32.507	9.006	(1.664)	39.849	-

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

Provisão para outros pagamentos	Saldos em 31 de dezembro de 2019				
	Constituição	Realização	Reversão	Utilização	Atualização
Provisão para outros pagamentos	24	358	(285)	97	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	2.626	29.855	(564)	31.917	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	4	2	(6)	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	489	511	(507)	493	-
Total	3.143	30.726	(1.362)	32.507	-

e) Realização de crédito tributário de contribuição social

Provisão para outros pagamentos	Saldos em 31 de dezembro de 2020				
	Constituição	Realização	Reversão	Utilização	Atualização
Provisão para outros pagamentos	159	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	1.706	45.856	1.857	-	3.777
Provisão para bônus e gratificação periódica	223	283	309	5	-
Total	2.088	46.139	2.166	5	3.777

f) Realização de crédito tributário de contribuição social

Provisão para outros pagamentos	Saldos em 31 de dezembro de 2020				
	Constituição	Realização	Reversão	Utilização	Atualização
Provisão para outros pagamentos	100	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	1.187	36.299	310	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	21	-	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	6	-	-	-	-
Total	1.314	36.299	310	-	-

g) Realização de crédito tributário de contribuição social

Provisão para outros pagamentos	Saldos em 31 de dezembro de 2020				
	Constituição	Realização	Reversão	Utilização	Atualização
Provisão para outros pagamentos	97	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	1.024	27.513	1.114	-	2.266
Provisão para bônus e gratificação periódica	134	170	185	4	-
Total	1.255	27.683	1.299	4	2.266

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 86.521 (2020 - R\$ 76.741) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil. Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não haviam créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

9 Outros ativos - Diversos

Devedores por depósitos em garantia	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e antecipações	155	-	83	-
Pagamentos a ressarcir	286	-	384	-
Outros ativos diversos	-	127	-	143
Total	568	29.517	585	25.247

10 Investimentos

O saldo de investimentos está representado basicamente por títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no montante de R\$ 15 (2020 - R\$ 15).

11 Passivos fiscais

Passivos fiscais corrente	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	62.886	26.407	29.527	66.219
Provisão para impostos e contribuições a recolher	92.413	-	92.413	92.626
Total	155.299	26.407	121.940	158.845

⁽¹⁾ Provisão para impostos diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários para negociação e disponível para venda.

12 Provisões

Provisão para contingências (nota 13.a)	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	9.320	1.546	2.503	1.458
Total	9.858	258.468	4.654	212.182

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora constituiu provisão de reestruturação de pessoal de R\$ 249 (2020 - R\$ 475) e despesa de pessoal de R\$ 9.560 (2020 - R\$ 2.052).

13 Passivos contingentes e obrigações legais

A Distribuidora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

Provisão para contingências - Fiscais	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	126	256	126	201
Trabalhistas	412	16.509	2.025	15.648
Provisão para contingências - Cíveis	-	240.157	-	194.875
Total	538	256.922	2.151	210.724

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Distribuidora tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

Cível: Tratam-se de processos cíveis referentes a discussões sobre a atuação na prestação de serviços à terceiros, cujas provisões foram efetuadas com base na melhor estimativa da administração e de seus assessores, considerando o estágio atual dos processos.

Fiscal - Exclusão ISS na base de cálculo PIS/COFINS - R\$ 249 (2020 - R\$ 205): trata-se de Mandado de Segurança visando questionar a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como pleitear a restituição de valores recolhidos na atual sistemática. Processo sobrestado com decisão favorável à Entidade até o julgamento da repercussão geral do tema pelo STF.

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 126 (2020 - R\$ 125): trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009. Em dezembro de 2018 a Distribuidora protocolou nos autos do processo a desistência da parcela remanescente. Aguarda-se a apuração dos valores a serem convertidos em renda e dos valores que serão levantados pela Entidade.

Trabalhista: Tratam-se de processos trabalhistas massificados e relevantes por receberem pedidos inferiores a R\$ 500 e R\$ 10.000, respectivamente. A descrição do provisionamento está detalhada na nota de Principais Práticas Contábeis, na subseção de Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.

Contingências classificadas como risco de perda possível: Não são reconhecidas contabilmente pelo a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 967.095 (2020 - R\$ 564.613), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 73 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 629.473 (2020 - R\$ 1.522.766), dos quais 21 processos são tidos como estimáveis, restando ainda 8 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

Ação Civil Pública - R\$ 0 (2020 - R\$ 1.125.172): tratava-se de ação onde se discutia suposta fraude em fundos de pensão e aposentadoria. Constata no polo passivo mais de 30 instituições financeiras - entre elas, a Distribuidora. Em 2021 o processo foi extinto e encerrado.

Ações indenizatórias - R\$ 185.232 (2020 - R\$ 155.556): trata-se de ação onde o cliente discute prejuízos nos fundos de investimento onde a Distribuidora é a prestadora de serviços de custódia, escrituração e controladoria administrado por terceiros. A ação se encontra em juízo de primeira instância, aguardando sentença.

Ação indenizatória - R\$ 137.833 (2020 - R\$ 113.648): trata-se de indenizatória por meio da qual o autor requer indenização por danos materiais, referentes a prejuízos em fundos de investimento. Inicialmente foi reconhecida a incompetência da vara, ao que o Banco apresentou recurso, que foi provido. O caso aguarda julgamento de Recurso Especial de outros réus.

Ação indenizatória (SP) - R\$ 131.309 (2020 - R\$ 89.397): trata-se de indenizatória por meio da qual o autor requer indenização por danos materiais, referentes a prejuízos em fundos de investimento. Aguardando produção de provas periciais, tendo as partes apresentado documentação.

Desmutualização - BMS/Bovespa - R\$ 35.072 (2020 - R\$ 34.441): trata-se de processos onde se discute o recolhimento de COFINS e PIS. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em ações. Um caso foi objeto de decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e aguarda julgamento de recurso especial da Fazenda. O outro caso, o recurso especial interposto pela Distribuidora foi improvido, o que levará a discussão ao Judiciário.

IRPJ/CSLL sobre Correção Monetária de Depósitos Judiciais - R\$ 350.299 (2020 - R\$ 347.249): ação de infração lavrada para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Decisão definitiva favorável ao Banco reconhecendo a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a correção monetária de depósitos judiciais, como exigido pelas autoridades fiscais.

IRRF - R\$ 394.320 (2020 - R\$ 0): Tratam-se de autos de infração que discutem imposto de renda retido na fonte relativos a investidores estrangeiros, passíveis de potencial.

A Distribuidora apresentou defesas que aguardam decisões em esfera administrativa.

Desmutualização - BMS/Bovespa - R\$ 35.072 (2020 - R\$ 34.441): trata-se de processos onde se discute o recolhimento de COFINS e PIS. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em ações. Um caso foi objeto de decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e aguarda julgamento de recurso especial da Fazenda. O outro caso, o recurso especial interposto pela Distribuidora foi improvido, o que levará a discussão ao Judiciário.

IRPJ/CSLL sobre Correção Monetária de Depósitos Judiciais - R\$ 350.299 (2020 - R\$ 347.249): ação de infração lavrada para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Decisão definitiva favorável ao Banco reconhecendo a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a correção monetária de depósitos judiciais, como exigido pelas autoridades fiscais.

IRRF - R\$ 394.320 (2020 - R\$ 0): Tratam-se de autos de infração que discutem imposto de renda retido na fonte relativos a investidores estrangeiros, passíveis de potencial.

A Distribuidora apresentou defesas que aguardam decisões em esfera administrativa.

Desmutualização - BMS/Bovespa - R\$ 35.072 (2020 - R\$ 34.441): trata-se de processos onde se discute o recolhimento de COFINS e PIS. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em ações. Um caso foi objeto de decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e aguarda julgamento de recurso especial da Fazenda. O outro caso, o recurso especial interposto pela Distribuidora foi improvido, o que levará a discussão ao Judiciário.

Fiscal: A Distribuidora optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante antecipação de 20% e saldo remanescente liquidado integralmente em janeiro de 2018, aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Os processos discutiam: A) Alegação de Decadência de IRPJ e CSLL cobrados sobre a diferença de índices para correção monetária de balanço ocorrida em 1990; B) Despachos decisórios que homologaram parcialmente compensações de tributos efetuadas pela Distribuidora. Aguarda-se homologação da anistia para a baixa de contingências no montante total de R\$ 20.511.

b) Movimentação das contingências

	Saldos em 31 de dezembro de 2020					Saldos em 31 de dezembro de 2021				
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Reversão	Utilização	Atualização	Reversão	Utilização	Atualização
Fiscais	327	45	-	-	10	382	-	-	-	-
Trabalhistas	17.673	1.887	(18)	(3.314)	693	16.921	-	-	-	-
Cíveis	194.875	36	(43)	(36)	45.325	240.157	-	-	-	-
Total	212.875	1.968	(61)	(3.350)						



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

www.citi.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Finto em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

iv. Plano de benefício definido

É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.

Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.

Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora contribuiu com R\$ 467 e R\$ 385 (2020 - R\$ 706 e R\$ 360) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2021	2020
Ativos líquidos dos planos	49.947	52.452
Passivos atuariais	(44.640)	(49.636)
Superavit	5.307	2.816

As hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas adotadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Principais premissas utilizadas

na avaliação atuarial	2021	2020
Moeda funcional	R\$	R\$
	Ativo posicionado em 31/12/2021 informado pela Citiprevi	Ativo posicionado em 31/12/2020 informado pela Citiprevi
Critério para apuração dos ativos	Inflação + 5,40% a.a. = 9,00% a.a.	Inflação + 3,64% a.a. = 7,25% a.a.
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 5,40% a.a. = 9,00% a.a.	Inflação + 3,64% a.a. = 7,25% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 2,50% a.a. = 5,99%	Inflação + 2,50% a.a. = 6,1%
Crescimento benefício previdenciário	Inflação = 3,40%	Inflação = 3,50%
Reajuste do benefício do plano	Inflação = 3,40%	Inflação = 3,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,40% a.a.	3,50% a.a.
Capacidade salarial e de benefício ⁽¹⁾	98%	98%
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57 Mercer Disability desagravada em 50,00%	IAPB 57 Mercer Disability desagravada em 50,00%
Tábua de entrada em invalidez	Até 20 SM: 0,20(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo	Até 20 SM: 0,20(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo
Rotatividade	TS: Tempo de Serviço Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:	TS: Tempo de Serviço Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:
Entrada em aposentadoria	55 anos (*) - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00% 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	55 anos (*) - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00% 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

(1) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.

(2) 55 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.

v. Taxa para desconto da obrigação atuarial

A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

21 Outras informações

a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Distribuidora não operou com instrumentos financeiros derivativos.
b) A Distribuidora, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não administrava mais fundos de investimento e carteira de tesouros.
c) Os ativos não financeiros foram revisados e nenhuma perda por *impairment* foi reconhecida no período.
d) A Distribuidora opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado consolidado e ativos ponderados 15,31% (2020 - 17,66%). Esse índice, conforme faculta a referida legislação, é apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

e) **Resultados recorrentes e não recorrentes**
Apresentação do resultado recorrente e não recorrente da Distribuidora, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	Exercícios	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) líquido contábil		68.415	(65.371)
<i>Eventos Não recorrentes</i>			
Crédito tributário por majoração alíquota Contribuição Social	(287)	-	-
Provisão para contingências	-	172.132	-
Atualização de indexador de passivos contingentes	-	1.149	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre eventos não recorrentes	-	(69.312)	-
Lucro líquido recorrente		68.128	38.598

f) **Visão geral da pandemia de COVID-19**
A pandemia do COVID-19 impactou severamente a saúde global, os mercados financeiros, os gastos dos consumidores e das empresas e as condições econômicas em todas as jurisdições onde o Citi opera. A extensão dos futuros impactos da pandemia permanece incerta, mas pode incluir, entre outros impactos, interrupção da cadeia de suprimentos global, inflação ou taxas de juros mais altas, volatilidade do mercado financeiro, aumento nos custos de crédito para o Citi e impactos na saúde pública. A pandemia pode continuar a ter impactos negativos nos negócios do Citi e nos resultados gerais das operações e condição financeira.

g) **Comitê de auditoria**
Em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.
De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

i. avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
ii. avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
iii. avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 10 vezes no período de 1º de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021, onde desenvolveu as seguintes atividades:

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

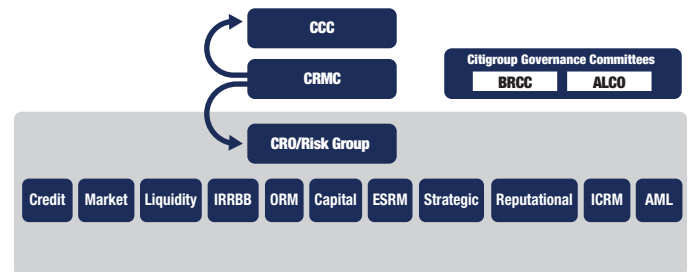
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

22 Gerenciamento integrado de Riscos

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução nº 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



• **Country Coordination Committee (CCC):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.

• **Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, *Interest Rate Risk on Banking Book* - IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental e climático, estratégico, reputacional, além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.

• **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais às áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

Para maiores informações sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Relatórios - Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3

22.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

22.2. Gerenciamento de risco operacional

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Independent Compliance Risk Management e Independent Risk Management: Constituem a segunda linha de defesa e é uma unidade subordinada a estrutura de Independent Risk Management. O objetivo dessas áreas é supervisionar as atividades de risco das unidades da primeira linha de defesa e desafiar a efetividade dos controles assim como por assegurar de forma consistente a gestão do Risco Operacional nos diversos negócios e funções da franquia.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a conformidade das áreas de negócio e reporta os resultados de suas avaliações de forma contínua e independente à gerência.

Funções de Controle e Suporte: Finanças, Recursos Humanos e Jurídico entre outras são áreas responsáveis por projetar, implementar e manter um ambiente de controle robusto aumentando a eficácia dos controles. Essas funções podem operar dentro e/ou entre empresas gerenciadas e podem ser responsáveis por aconselhar, contribuir para executar e/ou supervisionar os controles chave para suportar a gestão eficiente e efetiva do Risco Operacional.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de autoavaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

22.3. Gerenciamento de risco de mercado e do IRRBB

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "banking" e "trading"; v) apreçamento e marcação a mercado; vi) novas transações, atividades e operações complexas; e vii) do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de Sensibilidade/Demonstrativo Financeiro

A análise de sensibilidade sendo considerados os principais fatores de risco da Distribuidora, segregados em carteira de Negociação (que engloba produtos como derivativos e títulos públicos) e carteira de *Banking* (com produtos como operações compromissadas, depósitos e títulos públicos).

Carteira de Negociação

Fatores de Risco	Descrição	2021		
		I	II	III
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	(17)	(2.339)	2.339
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(36)	(429)	429
Total		(53)	(2.768)	2.768

Carteira de Negociação

Fatores de Risco	Descrição	2020		
		I	II	III
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixada	(18)	(2.473)	2.473
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(19)	(230)	230
Total		(37)	(2.703)	2.703

Carteira de Banking

Fatores de Risco	Descrição	2021		
		I	II	III
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	538	94.225	(94.225)
Total		538	94.225	(94.225)

Carteira de Banking

Fatores de Risco	Descrição	2020		
		I	II	III
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	841	147.139	(147.139)
Total		841	147.139	(147.139)

Descrição dos cenários de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020:

Cenário I: Impacto no resultado causado pela variação de 1 ponto-base nas taxas de juros (Taxas de juros nominais em reais, Cupom IPCA, Cupom dólar, Taxa de juros de outras moedas) e 1% em moedas estrangeiras, índices e ações.

Cenários II e III: Utilização de choques positivos e negativos baseados em um cenário interno de estresse, que é utilizado para estimar possíveis perdas que poderiam zerar um ano de lucros da tesouraria e, portanto, utilizados para avaliar os limites de risco da tesouraria de acordo com o *Risk Appetite Policy*, e descrito no Caderno de Risco de Mercado e Liquidez. O choque proposto é o percentil 99,97% da distribuição de retornos para tais períodos de retenção. Nesse caso, considerou-se também o percentil 0,03%, uma vez que as posições podem estar compradas ou vendidas em períodos diferentes. Assim, adotou-se, como critério, a média das caudas. O período de retenção é de 5 dias para Carteira de Negociação e 20 dias para a Carteira de *Banking*.

Choques Cenário II:

Carteira de Negociação

Fatores de Risco	Unidade	Choque	Carteira de Banking	
			Unidade	Choque
Taxa de juros nominais	bps	140	Taxa de juros nominais	bps
Cupom IPCA	bps	105	Cupom Dólar	bps
Cupom Dólar	bps	175		bps

Choques Cenário III:

Carteira de Negociação

Fatores de Risco	Unidade	Choque	Carteira de Banking	
			Unidade	Choque
Taxa de juros nominais	bps	(140)	Taxa de juros nominais	bps
Cupom IPCA	bps	(105)	Cupom Dólar	bps
Cupom Dólar	bps	(175)		bps

Choques Cenário III:

Carteira de Negociação

Fatores de Risco	Unidade	Choque	Carteira de Banking	
			Unidade	Choque
Taxa de juros de outras moedas	bps	(48)	Taxa de juros de outras moedas	bps
Moeda Estrangeira	%	(12)		bps

22.4. Gerenciamento de risco de crédito

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

22.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de *stress* são revisadas e aprovadas pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

22.6. Gerenciamento de risco socioambiental e climático

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327/14, nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e o Normativo SARB 14 (Sistema de Autorregulação Bancária), estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de Risco Socioambiental e Climático, acompanhado das iniciativas e compromissos globais que a Organização assumiu para os temas ambientais, sociais e de governança que refletem as operações locais.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Para maiores informações sobre os compromissos ambientais, sociais e governança do Citi consulte o site <https://www.citigroup.com/citi/about/esg> (não auditado)

22.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

22.8. Relatório de gerenciamento de riscos e capital - Pilar 3

Este documento divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

2021, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 25 de março de 2022, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021; (ii) dos assuntos de destaque do semestre; e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 25 de março de 2022

Comitê de Auditoria

Contadora Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC: 1SP256989/O-0

a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos